



## **Estudantes Indígenas na Unicamp e na UFSCar: mapeando atores e debates FAPESP 2020/06205-7**

Ingrid Sayuri Corsi Taquemasa - IFCH/UNICAMP  
Orientação de Chantal Victoria Medaets - FE/UNICAMP

### **Resumo**

A atual pesquisa tem como tema as ações afirmativas no ensino superior, tendo como objetivo investigar quais os principais atores e debates envolvidos na institucionalização de políticas de ação afirmativa destinada a estudantes indígenas, em específico na Unicamp e na UFSCar. Para realizar tal objetivo se busca i) descrever o processo histórico de formulação e implementação do vestibular indígena a partir de entrevistas e da análise de documentos institucionais e extra-institucionais; ii) analisar o tratamento dado pela mídia à presença dos estudantes indígenas nestas universidades; iii) analisar os principais atores e movimentos em torno da chegada e da permanência dos ingressantes indígenas. Tal pesquisa de iniciação científica faz parte de um projeto mais amplo subsidiado pelo programa Jovem Pesquisador da FAPESP, o qual se propõe a indagar sobre a presença de populações indígenas no ensino superior público a partir da etnografia de processos educativos. Em sua totalidade, este projeto de pesquisa almeja contribuir para o debate sobre ações afirmativas para indígenas no ensino superior a partir da etnografia e da sociologia da educação, indagando os impactos de tais transformações. Propomos uma produção de dados que permita uma compreensão mais aprofundada sobre a presença de indígenas no ensino superior, oferecendo diálogos com casos de nível nacional e transnacional.

**Palavras-chave:** Ações Afirmativas; Ensino Superior; Políticas Públicas Educacionais; Indígenas; Sociologia da Educação;

### **Introdução**

Na década de 2010 observou-se grandes transformações das universidades públicas com a ampliação do princípio de cotas nos processos seletivos. Essa ampliação se apoiou na aprovação da constitucionalidade do princípio, determinada pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da Ação de Descomprimimento de Preceito Fundamental 186 de 2012 e na

posterior Lei 12.711/2012 (que institui cotas étnico-raciais e para deficientes em universidades federais), tanto na graduação quanto nos institutos federais.

Márcia Lima, no prefácio do livro *Ações Afirmativas: Conceito, História e Debates*, organizado por integrantes do Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa<sup>1</sup>, (FERES JR et al. 2018), discorre sobre um conjunto de transformações da sociedade brasileira que se iniciaram com políticas de ações afirmativa há mais de duas décadas, como a implementação de cotas raciais por meio do Programa Universidade Para Todos (ProUni), a Lei 10.639/2003, (LIMA, 2018, p. 9) e a lei de cotas acima citada. Esta última culminou na transformação do perfil discente das instituições de ensino superior e alterou os “indicadores de desigualdade de acesso ao ensino superior,” (LIMA, 2018, p. 10) e da sociedade brasileira.

Por exemplo, a produção do GEMAA, que tem lugar de destaque na literatura brasileira, situa histórica e conceitualmente o percurso do debate sobre cotas, mas pouco aborda as políticas específicas para populações indígenas. A pesquisa aqui apresentada investiga as políticas de ação afirmativa para o ensino superior destinadas a esse público.

Dentro da Unicamp observamos profundas mudanças, principalmente a partir de 2019, com a implementação de novas formas de acesso à universidade, com a implementação de cotas étnico-raciais e do vestibular indígena. Transformação similar aconteceu na UFSCar dez anos antes, em 2008, com a implementação do primeiro vestibular indígena no Estado de São Paulo. Tal mudança na aplicação das provas de acesso destas universidades públicas gerou diferentes processos sociais e educacionais, como a mudança do perfil do alunado, debates sobre democratização da educação e da sociedade brasileira.

Supomos no atual estudo a relação direta entre sistema de ensino e a sociedade brasileira, entendendo que as transformações em ambas as esferas se influenciam e se tocam. Portanto, indagar sobre as transformações propiciadas pelas ações afirmativas na Unicamp e na UFSCar é também se indagar sobre as transformações da sociedade brasileira e das condições de produção de conhecimento em nível nacional.

Propomos uma análise que forneça um resgate do percurso de tais políticas, registrando os avanços e desafios enfrentados no âmbito do ensino superior, discutindo o tema da desigualdade de acesso ao ensino superior. Neste sentido, as produções vindas da própria UFSCar contribuem para iniciar tal diálogo. A antropóloga Clarice Cohn (2016), docente desta universidade, resgata a trajetória de formulação e implementação do Vestibular Indígena na UFSCar, situando o debate institucional do começo da década de 2010 que culminou em uma política duradoura de incentivo ao acesso de indígenas em cursos regulares no ensino superior.

A dissertação e a tese da cientista social Juliana Jodas (2012, 2019) contribuiu também para o registro desse processo tanto na UFSCar (seu objeto central de estudo),

---

<sup>1</sup>Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa, sediado na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Para maior conhecimento navegar em: < <http://gemma.iesp.uerj.br/>>. Último acesso em 13/10/2020.

quanto na Unicamp, a partir de entrevistas aprofundadas com estudantes indígenas. O trabalho que apresento dialoga diretamente com esta pesquisa e almeja dar continuidade, observando as especificidades de tais políticas a partir de uma análise institucional, com o olhar da etnografia e da sociologia.

Para tanto minha pesquisa indaga quais foram os processos centrais que ocasionaram tal mudança institucional, mapeando os principais atores envolvidos na formulação destas políticas em ambas as universidades, e os debates por eles promovidos. Indago: quais os principais atores e debates envolvidos quando se fala de ingresso e permanência de estudantes indígenas na Unicamp e na UFSCar? Quais os temas e os termos recorrentes desse debate? Por que implementou-se o vestibular indígena e não outra política de ação afirmativa para indígenas, como a licenciatura intercultural? Qual foi o tratamento dado pela mídia?

## **Metodologia e Achados**

### ***Situando o caso da Unicamp***

A Unicamp adotou pela primeira vez um sistema de Ação Afirmativa em 2003, criando o inovador Programa de Ação Afirmativa de Inclusão Social (PAAIS). O PAAIS em sua primeira versão consistia em adicionar 30 pontos na nota padronizada da segunda fase do vestibular de alunos advindo de escolas públicas e 40 pontos quem fosse de escola pública e se autodeclarasse preto, pardo ou indígena (PPI). Passou por duas reformas seguidas, em 2013 e 2015, que, resumidamente, aumentaram a pontuação e passaram a aplicá-los em ambas as fases do vestibular.

A mudança do sistema de ação afirmativa em 2017 acrescentando à bonificação o sistema de reserva de vagas e uma nova modalidade de prova, com a criação do vestibular indígena), foi o resultado de intensos debates sobre os limites do PAAIS, que envolveram mobilizações intensas do movimento negro de diferentes partes do estado de São Paulo, de estudantes indígenas da UFSCar e de estudantes da Unicamp, principalmente através da Frente Pró-Cotas da Unicamp e do Núcleo de Consciência Negra da Unicamp.

Para responder ao problema de pesquisa, nos propomos a analisar os documentos institucionais produzido pelas universidades sobre o assunto, como os editais dos vestibulares, as deliberações dos Conselhos Universitários e os Relatórios dos Grupos de Trabalho institucionais em conjunto com os documentos produzidos por estudantes, professores e funcionários, como folhetos informativos, falas em audiências públicas, etc.

Em paralelo, entrevistas estão sendo realizadas com atores chaves que participaram do processo de formulação e implementação do vestibular indígena na Unicamp. Já foram realizadas duas entrevistas com antigas membras da Frente Pró-Cotas da Unicamp que permitem ter informações e olhares -sobre e -para além da análise documental.

Vale a pena registrar que a pesquisa é marcada também por acúmulos e experiências da minha trajetória pessoal. Ingressei na Unicamp em 2016 e vivi de perto os acontecimentos que rodeiam a transformação do sistema de acesso aos cursos de graduação da Unicamp, sendo essa experiência também “matéria prima” para a análise, além de ter facilitado o acesso a alguns contatos.

A pesquisa se iniciou em junho de 2020 e, até o momento, pudemos organizar uma linha do tempo das ações afirmativas da Unicamp e nos indagar mais profundamente sobre a presença indígena em nossa instituição. Pudemos também levantar algumas influências que incidiram sobre os debates ocorridos entre 2016 e 2017, anos em que aconteceram as Audiências Públicas para discutir cotas na graduação, fruto da mobilização estudantil de 2016 acima citada. Esse período foi crucial para a aprovação do princípio de cotas étnico-raciais e do vestibular indígena na Unicamp.

Além das entrevistas desenvolveu-se uma linha temporal a partir de um diagrama disponível na página da UNICAMP<sup>2</sup>, que apresenta alguns marcos temporais do processo na unicamp, produzimos uma linha do tempo mais longa, incluindo os anos de 2003 a 2016 e o ano de 2019.



## Bibliografia

<sup>2</sup>Para mais informações ver:

<<https://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2017/11/22/em-decisao-historica-unicamp-aprova-cotas-etnico-raciais-e-vestibular>>. Último acesso em: 14/10/2020.

COHN, Clarice. (2016). Uma década de presença indígena na UFSCar. Revista CAMPOS, v. 17 n.2, Paraná. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.5380/cra.v17i2.57360> >. Último acesso em: 13/10/2020.

JODAS, Juliana. (2012). ENTRE DIVERSIDADE E DIFERENÇA: o programa de Ações Afirmativas da UFSCar e as vivências dos estudantes indígenas. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos - SP.

\_\_\_\_\_. (2019). “A Luta também é com a caneta”: usos e sentidos da universidade para estudantes indígenas. Tese de Doutorado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, Campinas - SP.

JÚNIOR, João Feres; CAMPOS, Luis Augusto; DAFLON, Verônica Toste; VENTURINI, Anna Carolina. (2018). Ação afirmativa: conceito, história e debates. Rio de Janeiro: EdUERJ, 208p.

LIMA, Márcia. (2018). Prefácio. In: JÚNIOR, João Feres; CAMPOS, Luis Augusto; DAFLON, Verônica Toste; VENTURINI, Anna Carolina. (2018). Ação afirmativa: conceito, história e debates. Rio de Janeiro: EdUERJ, 208p.